



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

Birigui/SP, 27 de maio de 2.019.

Ofício Especial

Assunto: Manifestação à Impugnação pela empresa NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA., ao edital do Pregão Eletrônico nº 01/2019.

Senhores Licitantes

Após análise do pedido de Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2.019, que objetiva a **AQUISIÇÃO DE 06 (SEIS) VEÍCULOS ZERO KM, ANO/MODELO NÃO INFERIOR A 2019 SENDO: 03 (TRÊS) PARA A UBS 10, 01 (UM) PARA A UBS 04 – JARDIM COSTA RICA E 02 (DOIS) PARA AS DEMAIS UBS DA SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I**, interposto pela empresa “**NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.**”, e conforme diligências junto a Secretaria de Saúde e Secretaria de Negócios Jurídicos, o Pregoeiro decide Indeferir o “Pedido de Impugnação”, ratificando-se a redação original do edital e anexos.

Requer a empresa Impugnante basicamente em 04 (quatro) pontos:

- “1) A alteração para capacidade do porta-malas de no “mínimo 265 litros”;*
- 2) A alteração da exigência para que passe a constar “tanque de no mínimo 41 litros”;*
- 3) A alteração do prazo de entrega de 30 (trinta) dias para 120 (cento e vinte) dias;*
- 4) A inclusão no presente edital da exigência de estrito cumprimento da lei 6.729/79, Lei Ferrari, com a aquisição de veículo zero quilômetro por empresa autorizada e com a concessão de comercialização fornecida pelo fabricante”.*

É A SÍNTESE DO NECESSÁRIO!

Visto que o teor da impugnação recebida diz respeito única e exclusivamente ao contexto do edital, especificações do objeto e dispositivos da lei, o mesmo foi diligenciado junto às Secretarias Municipais de Saúde e Negócios Jurídicos, o qual restou Indeferido o pleiteado pela impugnante.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

CONCLUSÃO:

Mediante diligência realizada juntamente com a Secretaria Municipal de Saúde, para o objeto em questão, sobre:

- 1) A alteração para capacidade do porta-malas de no “mínimo 265 litros”;
- 2) A alteração da exigência para que passe a constar “tanque de no mínimo 41 litros”;
- 3) A alteração do prazo de entrega de 30 (trinta) dias para 120 (cento e vinte) dias.

A Secretaria requisitante, manifestou-se através do ofício nº 135/2019 - AT(doc.anexo), pelo indeferimento das exigências da requerente, uma vez que as especificações indicadas não atenderiam as suas necessidades.

Mediante diligência realizada juntamente com a Secretaria de Negócios Jurídicos, através do Ofício nº 49/2019/DLC/SNJ/PMB para o objeto em questão, sobre a requerente solicitar “a inclusão no presente edital da exigência de estrito cumprimento da lei 6.729/79, Lei Ferrari, com a aquisição de veículo zero-quilômetro por empresa autorizada e com a concessão de comercialização fornecida pelo fabricante”, entende-se que:

“A Constituição Federal prevê em seu art. 37, XXI, a contratação de obras, serviços, compras e alienações mediante a observação do princípio da isonomia, assegurando a todos os concorrentes a igualdade de condições. A obrigatoriedade da aplicação do princípio é reiterada no art. 30 da lei 8.666/93”

“O princípio da isonomia pode ser considerado como um instrumento regulador das normas, para que todos os destinatários de determinada lei recebam tratamento parificado”

“Todos os dispositivos da lei de licitações ou regulamentação de um específico processo licitatório devem ser interpretados à luz do princípio da isonomia, o qual, não objetiva a proibição completa de qualquer diferenciação entre os candidatos, pois essa ocorrerá naturalmente com a seleção da proposta mais vantajosa à administração pública, sua verdadeira aplicação é a vedação de qualquer discriminação arbitrária, que gere desvalia de proposta em proveito ou detrimento de alguém, resultado esse de interferências pessoais injustificadas de algum ocupante de cargo público”

“Assim é obrigação da administração pública não somente buscar a proposta mais vantajosa, mas também demonstrar que concedeu a todos os concorrentes aptos a mesma oportunidade”



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

Diante do exposto, entende-se que se o modo de participação fosse condicionado apenas para empresas autorizadas e com concessão de comercialização fornecida pelos fabricantes, estaríamos ferindo o princípio da isonomia, bem como o artigo 3º caput da Lei 8.666/1993.

Diante disso, resta entendido pelo indeferimento das razões impugnadas.

Melhores informações poderão ser verificadas no sítio virtual desta Prefeitura (www.birigui.sp.gov.br).

Ficam inalteradas as cláusulas e condições disponibilizadas em instrumento convocatório.

Certos de v/ especial atenção e de pronto atendimento, subscrevemo-nos, mui Atenciosamente.

Danilo Boa Sorte de Oliveira
Pregoeiro Oficial